

XVII JORNADA ACADÊMICA DO MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS PARA A EDUCAÇÃO



NUPDECS E A GESTÃO DOS DESASTRES - CASO SANTA CRUZ DO SUL - RS

Anderson Matos Teixeira

Professor da educação básica

Eixo Temático 03: Educação em espaços não-escolares, justiça socioambiental e movimentos sociais

Santa Cruz do Sul (RS) representa um caso de exemplar relevância para investigar esse descompasso entre previsão legal e realidade institucional. É um município médio no Vale do Rio Pardo (RS), que possui uma Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil instituída pela Lei Municipal N° 3.875, de 04 de junho de 2002. No entanto, observa-se fragilidade estrutural: equipe reduzida, recursos orçamentários limitados, ausência de sede específica e baixo nível de pessoal com formação técnica em gestão de riscos.

O trabalho consiste em um relato de experiência com base reflexiva, fundamentado nas ideias de Brandão (1988, 2012) sobre educação popular e metodologias participativas. Essa abordagem entende a experiência como campo educativo e como prática social de produção de saberes, em que o pesquisador é também sujeito do processo. A vivência analisada refere-se à atuação do autor como Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil entre 2021 e 2023, envolvendo articulações institucionais, propostas de estruturação de NUPDECs, encontros comunitários, elaboração de documentos e ações de sensibilização política. A metodologia, portanto, fundamenta-se na revisitação crítica da prática, integrando ação e reflexão (práxis), de modo a compreender como o fazer cotidiano gera conhecimento e transforma contextos sociais.

A Lei Federal nº 12.608/2012, em seu Art. 8º, prevê a criação de NUPDECs como instrumentos de articulação entre comunidade e poder público para identificação de riscos, monitoramento local, ações educativas e preparação comunitária. Entretanto, muitos municípios mantêm estruturas frágeis ou inexistentes. Em Santa Cruz do Sul, o Decreto nº 6.445/2005 regulamenta a referida lei e prevê ações comunitárias em áreas de risco, como os bairros Várzea, Krug e Margarida Aurora, que enfrentam inundações e escorregamentos. A partir de 2021, propôs-se a institucionalização de núcleos comunitários voltados ao diagnóstico participativo de vulnerabilidades, monitoramento local e ações preventivas.

Durante o período analisado, foram elaboradas propostas de criação de NUPDECs em diferentes bairros, com reuniões convocadas junto à Administração Municipal, principalmente, a partir de fevereiro de 2021, quando houve uma série de episódios de chuva intensa. Pretendia-se institucionalizar núcleos comunitários que atuassem em diagnóstico participativo de vulnerabilidades,

monitoramento local de riscos (inundações, vendavais e escorregamentos de terra) e ações educativas de prevenção, como a não ocupação de áreas de risco.

Dentre os entraves identificados, podemos identificar:

- Resistência política: pouco interesse de gestores públicos, de diferentes níveis da administração, em perceber a importância das estruturas comunitárias. Muito do que se ouvia era que, poderiam utilizar este espaço como área de atuação da oposição política, onde percebiam o potencial de ameaça e por isso, não havia o interesse na estruturação dos núcleos. Somado a isso, pela estrutura da coordenadoria estar subordinada a uma secretaria, havia a dificuldade de acesso a instância máxima da administração municipal, pela priorização de outras questões, pelo próprio secretário, impedindo a comunicação e consolidação de projetos, principalmente de cunho preventivo e educativo;
- Déficit de lideranças: havia uma grande dificuldade em identificar as lideranças comunitárias e, muitas vezes, a disputa por influência sobre parte da comunidade, gerava o choque de ideias entre as possíveis lideranças, transformando em disputa política para acesso a administração pública;
- Déficit de conhecimento: possíveis lideranças comunitárias e servidores municipais frequentemente sem capacitação em metodologia participativa, gestão de riscos ou noções de prevenção. Aqui havia outro entrave, convencer a administração sobre a importância dos treinamentos e simulados, bem como dos agentes e lideranças comunitárias, em participar de treinamentos.
- Cultura institucional tecnicista: parte da administração, principalmente os corpos técnicos, não se dispunham a participar de ações ou mapeamentos de situação mais participativos, onde o enfoque era priorizado na definição técnica, no qual demandava contratação de profissional específico para se responsabilizar e na resposta emergencial, quando o desastre já havia se deflagrado. Assim, ações educativas e de prevenção eram vistas como secundárias.
- Orçamento e recursos: pela Coordenadoria não dispor de orçamento próprio e tampouco de fundo, mesmo apontado por lei federal e municipal, as ações ficavam restritas, dificultando os projetos e ações. Mesmo com a possibilidade de aquisições de materiais e serviços, por convênio com o ente federal, a dificuldade em convencer a administração pública municipal era grande e não se desenvolvia. Só ocorreu uma vez em três anos, mas a muitas custas.

O processo desenvolvido em Santa Cruz do Sul revelou-se, contudo, um espaço singular de experimentação institucional e comunitária. As ações empreendidas, inicialmente marcadas por uma luta institucional, transformaram-se gradualmente em práticas educativas e organizativas com forte dimensão reflexiva. Essa transformação ocorreu tanto pela consolidação de espaços de diálogo entre poder público e sociedade civil quanto pela produção de aprendizados coletivos que reforçaram o senso de autonomia e pertencimento comunitário.

No campo dos aprendizados e potencialidades, observou-se que o envolvimento direto dos su-

jeitos na construção das ações — característica central da metodologia de relato de experiência com base reflexiva — ampliou a leitura crítica do território e dos modos de vida locais. Tal processo dialoga com a concepção de Brandão (1988, 2012), segundo a qual o conhecimento é uma construção coletiva que emerge da prática social, superando a visão meramente técnica ou normativa. O aprendizado, portanto, assumiu caráter político-pedagógico, favorecendo a emergência de sujeitos críticos e ativos na esfera pública.

A educação, na concepção de Brandão, é entendida como um ato dialético de conhecimento, no qual aprender e ensinar são processos recíprocos, ocorrendo não apenas em espaços escolarizados, mas em diversos contextos da vida cotidiana, como na escola, na universidade, no trabalho ou em reuniões comunitárias (Brandão, 1988). Nesse sentido, a educação é contínua e permite produzir e reproduzir a vida — biológica, social e histórica — configurando-se como uma ação ontológica do ser humano. Ela emerge da cultura, mediando trocas entre sujeitos sobre o que aprendem e criam por meio de seu trabalho e interação com a natureza, envolvendo corpo e consciência.

A educação é, portanto, prática social na qual as pessoas criam e recriam formas de interpretar o mundo e suas relações, articulando curiosidade, experiência, trabalho e cultura. Saber é conhecer de modo histórico, contextualizado e relacional, envolvendo o corpo, a mente e os outros sujeitos cognoscentes, e se concretiza como prática da liberdade, contrapondo-se à educação da dominação (Freire, 1987). Nesse contexto, a educação popular emerge como processo de reprodução coletiva do saber e de democratização do ensino escolar, articulando valorização de saberes comunitários e reivindicação histórica de acesso à educação formal, promovendo desenvolvimento intelectual, afetivo, ético e político dos sujeitos e coletivos (Brandão, 2012).

Destacam-se como potencialidades a consolidação de vínculos entre lideranças locais, a valorização dos saberes populares e o fortalecimento da capacidade crítica diante dos processos decisórios públicos. Esses elementos reforçam a ideia de que a ação comunitária, quando sustentada por metodologias participativas e reflexivas, constitui também um ato de resistência e de produção de cidadania (Freire, 1996; Brandão, 2012). O relato de experiência, nesse sentido, configura-se não apenas como registro descritivo, mas como instrumento de sistematização e reinterpretção crítica da prática, permitindo transformar o vivido em conhecimento compartilhado.

A discussão dos achados evidencia uma concepção ampliada da pesquisa como prática social. Em sintonia com a tradição latino-americana da educação popular, compreende-se que o pesquisador é parte do processo, implicando-se na realidade estudada e contribuindo para sua transformação (Brandão, 1988). Essa perspectiva rompe com a lógica da neutralidade científica e propõe uma ciência dialógica e comprometida com a transformação social. No caso de Santa Cruz do Sul, as tensões entre as dinâmicas institucionais e as iniciativas comunitárias evidenciaram os desafios de implantação das estruturas de base, limitadas por entraves burocráticos e resistências culturais. Entretanto, essas mesmas tensões se converteram em oportunidades de reflexão e reinvenção das práticas, reafirmando a importância da escuta, da mediação e da partilha de saberes como fundamentos ético-metodológicos.

Conclui-se que o percurso de construção das estruturas comunitárias em Santa Cruz do Sul ultrapassa a dimensão administrativa: trata-se de uma vivência pedagógica e política, marcada pela busca de reconhecimento, autonomia e participação social. A adoção da metodologia do relato de experiência com base reflexiva, inspirada em Brandão (1988, 2012), mostrou-se adequada para compreender as dimensões simbólicas e práticas dessa construção coletiva. O relato permitiu não apenas registrar o vivido, mas também dar sentido ao percurso, iluminando contradições, aprendizados e perspectivas futuras.

Assim, a experiência reafirma a centralidade da práxis — entendida como a unidade entre ação e reflexão — na produção de conhecimento em contextos sociais. Mais do que descrever o que foi feito, a metodologia reflexiva possibilitou compreender o que se aprendeu e como esse aprendizado se inscreve em um movimento mais amplo de emancipação comunitária. O caso de Santa Cruz do Sul, portanto, contribui para o debate sobre metodologias participativas no campo da educação popular, da gestão social e da pesquisa territorial, reforçando que a produção de conhecimento comprometida com a transformação social é, ao mesmo tempo, um ato político e educativo.

PALAVRAS-CHAVE: Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil; Relato de Experiência; Santa Cruz do Sul; Implantação.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BRASIL. **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC); dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

KOBIYAMA, Masato. **Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos**. Curitiba: Organic Trading, 2006.

SANTA CRUZ DO SUL. **Lei Municipal nº3.875, de 4 de junho de 2002**. Cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 6.445, de 15 de setembro de 2005**. Regulamenta a Lei Municipal nº3.875, de 4 de junho de 2002, que cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil e dá outras providências.

VALENCIO, Norma. Desastres, ordem social e planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 748-762, 2010.